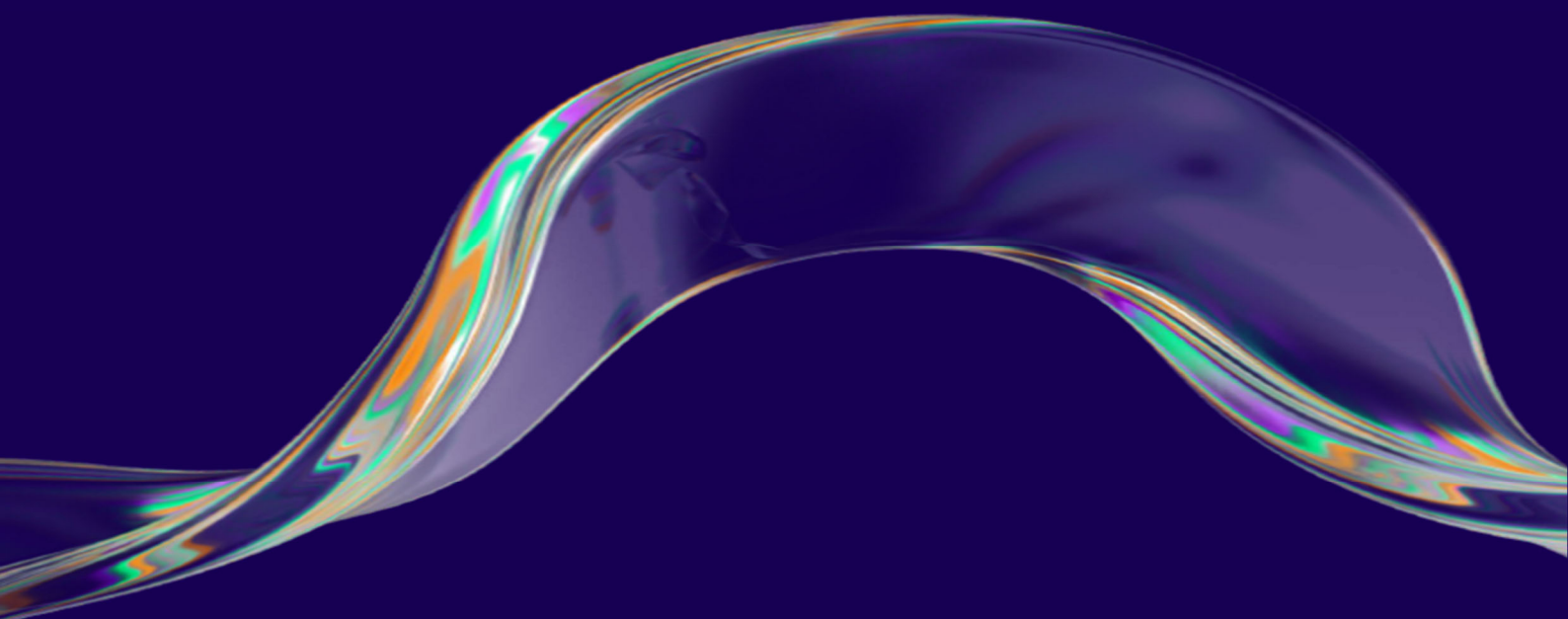


Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações
financeiras consolidadas e
individuais, em 31 de
dezembro de 2025**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas 5 e 18 às demonstrações financeiras, que descreve que as controladas da Companhia mantêm um elevado grau de dependência com parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balço patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1	Considerações gerais	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	11
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	12
5	Receita	12
6	Custos e despesas	13
7	Resultado financeiro líquido	13
8	Caixa, equivalentes de caixa	14
9	Aplicações financeiras	14
10	Fundo de liquidez – conta reserva	15
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros	15
12	Contas a receber de clientes	15
13	Investimentos	17
14	Imobilizado	18
15	Financiamentos	21
16	Provisão para litígios	22
17	Obrigações com desmobilização de ativos	23
18	Partes relacionadas	24
19	Patrimônio líquido	24
20	Imposto de renda e contribuição social	24
21	Instrumentos financeiros e gestão de risco	25

Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	27.599	26.088	-	-
Custo com energia elétrica	6	(4.103)	(4.025)	-	-
Custo com operação	6	(11.872)	(11.648)	-	-
Lucro bruto		11.624	10.415	-	-
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	6	(3.170)	(3.507)	(38)	(48)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		-	(8)	-	-
		(3.170)	(3.515)	(38)	(48)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		8.454	6.900	(38)	(48)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	13	-	-	(2.692)	(3.647)
		-	-	(2.692)	(3.647)
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		3.388	2.150	768	547
Despesas financeiras		(14.088)	(14.487)	(4)	(3)
		(10.700)	(12.337)	764	544
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.246)	(5.437)	(1.966)	(3.151)
Imposto de renda e contribuição social	20				
Correntes		(1.978)	(1.505)	(224)	(145)
Prejuízo do exercício		(4.224)	(6.942)	(2.190)	(3.296)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores		(2.190)	(3.296)	(2.190)	(3.296)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores		(2.034)	(3.646)	-	-
Prejuízo do exercício		(4.224)	(6.942)	(2.190)	(3.296)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(4.224)	(6.942)	(2.190)	(3.296)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	(4.224)	(6.942)	(2.190)	(3.296)
Total do resultado abrangente do exercício				
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	(2.190)	(3.296)		
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	(2.034)	(3.646)		
Prejuízo do exercício	(4.224)	(6.942)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.246)	(5.437)	(1.966)	(3.151)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e variações monetárias		13.565	13.967	-	-
Equivalência patrimonial	13(a)	-	-	2.692	3.647
Depreciação e amortização	6	9.036	9.038	-	-
Apropriação de custos de captações	7	146	146	-	-
Rendimentos sobre fundo de reserva		(581)	(421)	-	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	239	239	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos		-	1	-	-
		20.159	17.533	726	496
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(336)	1	-	-
Tributos a recuperar		(30)	77	(22)	14
Demais créditos e outros ativos		99	14	-	-
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		877	573	(2)	2
Tributos a recolher		959	(396)	(124)	(142)
Partes relacionadas		(1.695)	1.648	-	(7)
Demais obrigações e outros passivos		3.044	(135)	5	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		23.077	19.315	583	363
Juros pagos sobre financiamentos	15(c)	(6.770)	(6.793)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.371)	(1.115)	(70)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		13.936	11.407	513	363
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(1.007)	-	(3)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		477	133	-	-
Aquisição de imobilizado		(148)	(422)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(678)	(289)	(3)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de financiamentos	15(c)	(7.685)	(7.314)	-	-
Liquidação de arrendamentos		(4)	(7)	-	-
Aumento (redução) de capital	1.1.1(a)	(13.500)	-	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(21.189)	(7.321)	-	-
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(7.931)	3.797	510	363
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.414	15.617	5.773	5.410
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		11.483	19.414	6.283	5.773

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.
Balanco Patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	11.483	19.414	6.283	5.773
Aplicações financeiras	9	1.032	-	3	-
Contas a receber de clientes	12	2.714	2.378	-	-
Tributos a recuperar		92	62	65	43
Outros ativos		217	317	-	-
		<u>15.538</u>	<u>22.171</u>	<u>6.351</u>	<u>5.816</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	4.529	4.425	-	-
Outros ativos		-	(1)	-	-
		<u>4.529</u>	<u>4.424</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Investimentos	13	-	-	14.409	17.101
Imobilizado	14	160.105	169.406	-	-
Intangível		33	45	-	-
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		-	4	-	-
		<u>164.667</u>	<u>169.455</u>	<u>14.409</u>	<u>17.101</u>
Total do ativo		<u>180.205</u>	<u>196.050</u>	<u>20.760</u>	<u>22.917</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos	15	7.965	7.597	-	-
Fornecedores		2.156	1.172	-	2
Arrendamentos		-	4	-	-
Tributos a recolher		922	356	37	7
Partes relacionadas	18	-	1.695	-	-
Outros passivos		3.534	490	5	-
		<u>14.577</u>	<u>11.314</u>	<u>42</u>	<u>9</u>
Não circulante					
Financiamentos	15	140.000	141.087	-	-
Tributos a recolher		302	302	-	-
Partes relacionadas	18	726	726	-	-
Obrigações com desmobilização de ativos	17	2.314	2.611	-	-
		<u>143.342</u>	<u>144.726</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do passivo		<u>157.919</u>	<u>156.040</u>	<u>42</u>	<u>9</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	19	29.350	29.350	29.350	29.350
Ajuste de avaliação patrimonial		(149)	(149)	(149)	(149)
Prejuízos acumulados		(8.483)	(6.293)	(8.483)	(6.293)
		<u>20.718</u>	<u>22.908</u>	<u>20.718</u>	<u>22.908</u>
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		20.718	22.908	20.718	22.908
Participação dos acionistas não controladores		1.568	17.102	-	-
Total do patrimônio líquido		<u>22.286</u>	<u>40.010</u>	<u>20.718</u>	<u>22.908</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>180.205</u>	<u>196.050</u>	<u>20.760</u>	<u>22.917</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.
Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>	<u>Participação dos acionistas não controladores</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Em 1º de janeiro de 2024		29.350	(149)	(2.997)	26.204	20.748	46.952
							-
Prejuízo do exercício		-	-	(3.296)	(3.296)	(3.646)	(6.942)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	(3.296)	(3.296)	(3.646)	(6.942)
Em 31 de dezembro de 2024		29.350	(149)	(6.293)	22.908	17.102	40.010
Prejuízo do exercício		-	-	(2.190)	(2.190)	(2.034)	(4.224)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	(2.190)	(2.190)	(2.034)	(4.224)
Demais mutações patrimoniais do exercício							
Redução de capital	1.1.1 (a)	-	-	-	-	(13.500)	(13.500)
Contribuições aos acionistas		-	-	-	-	(13.500)	(13.500)
Em 31 de dezembro de 2025		29.350	(149)	(8.483)	20.718	1.568	22.286

1 Considerações gerais

A Ventos de Santo Isidoro Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é sociedade anônima fechada, com sede na cidade de Maracanaú, estado do Ceará, que foi constituída em 15 de março de 2013.

A Companhia tem como objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos eólicos.

A Companhia é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren") e da CBA Itapissuma Ltda. ("CBA Itapissuma").

A Companhia explora e opera as centrais geradoras eólicas localizadas nos estados de Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Piauí II ("VDP II"), com capacidade instalada total de 33.600 kW, por meio de sua controlada.

As atividades da Companhia e suas controladas, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

A controlada eólica possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") conforme listado abaixo:

	Capacidade (Mwm)	Localização	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga
Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III"): Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	33,6	Curral Novo do Piauí - PI	13/05/2022	10/11/2055

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas as movimentações de capital das controladas, conforme tabela a seguir:

Controladas	Capital social das controladas em			
	2024	Redução	Redução com absorção de prejuízo	2025
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	48.723	(13.500)	(14.521)	20.702
	48.723	(13.500)	(14.521)	20.702

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* "IFRIC", ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das

demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 19 de março de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas é o Real ("R\$").

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Operação em conjunto (*joint operation*)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia e suas controladas. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

A controlada Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. possui participação de 17,39% na empresa Consórcio Ventos do Piauí III ("Consórcio"), havendo operação em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.

Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

(c) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Complexo Eólico Ventos do Piauí II e III	2024		2023		Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante		
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. (i)	90,19%	100,00%	50,00%	100,00%	Piauí - Brasil	Geração de energia elétrica

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

(i) Durante o exercício, a participação da Companhia no capital da investida Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. foi aumentada de 50,00% para 90,19%, em decorrência da redução de capital desproporcional ao outro investidor, não havendo aquisição de novas ações pela Companhia.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificaram impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “own use” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “hedge accounting” para certos PPAs que não atendam a exceção de “own use”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standard Board (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas têm acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Investimento
14	Imobilizado
16	Provisão para litígios
17	Obrigações de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia e suas controladas (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional ("SIN").

As operações de venda de energia realizadas pela Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

Partes relacionadas: representados por venda de energia a consumidores e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	18	27.231	26.874
Energia de curto prazo – CCEE		1.562	377
		28.793	27.251
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.051)	(995)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(143)	(168)
		(1.194)	(1.163)
Receita líquida		27.599	26.088

6 Custos e despesas

	Consolidado				
			2025	2024	
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Energia comprada	(1.508)	-	-	(1.508)	(1.530)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.595)	-	-	(2.595)	(2.495)
Depreciação e amortização	-	(8.530)	(506)	(9.036)	(9.038)
Pessoal	-	(28)	(1.610)	(1.638)	(1.712)
Pessoal	-	(28)	(1.610)	(1.638)	(1.712)
Materiais	-	(1)	(3)	(4)	(32)
Materiais	-	(1)	(3)	(4)	(32)
Serviços	-	(2.759)	(645)	(3.404)	(3.282)
Serviços de operação e manutenção	-	(2.191)	-	(2.191)	(2.169)
Serviços de terceiros	-	(338)	(28)	(366)	(456)
Serviços de manutenção e conservação	-	(230)	(617)	(847)	(657)
Outros	-	(554)	(406)	(960)	(1.099)
Aluguéis e arrendamentos	-	(454)	(19)	(473)	(482)
Seguros	-	-	(369)	(369)	(532)
Impostos, taxas e contribuições	-	(57)	(11)	(68)	(26)
Outros custos e despesas líquidas	-	(43)	(7)	(50)	(59)
	(4.103)	(11.872)	(3.170)	(19.145)	(19.188)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		3.425	2.176	805	573
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(37)	(27)	(37)	(27)
Outras receitas financeiras		-	1	-	1
		3.388	2.150	768	547
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	15(c)	(6.782)	(6.807)	-	-
Atualização monetária sobre financiamentos	15(c)	(6.808)	(7.160)	-	-
Apropriação dos custos de captações	15(c)	(146)	(146)	-	-
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	17	(239)	(239)	-	-
Outras despesas financeiras		(113)	(135)	(4)	(3)
		(14.088)	(14.487)	(4)	(3)

(10.700) (12.337) 764 544

8 Caixa, equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração entre 98,16% e 104,26% do CDI (99,46% e 101% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	189	214	57	91
	189	214	57	91
Equivalentes de caixa				
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	4.692	6.662	12	5.560
Quotas de fundos de investimentos (i)	6.602	12.538	6.214	122
	11.294	19.200	6.226	5.682
Caixa e equivalentes de caixa	11.483	19.414	6.283	5.773

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Odessa. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração entre 99,17% e 104,26% do CDI.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	10	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	1.022	-	3	-
	1.032	-	3	-

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração entre 94,16% e 101,66% do CDI (91,84% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva				
Não circulante	4.529	4.425	-	-
	4.529	4.425	-	-

Os contratos de financiamento da Companhia e suas controladas exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e do fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	17.031	23.827	6.286	5.773
AA+	13	12	-	-
	17.044	23.839	6.286	5.773

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

12 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre e regulado, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição

		Consolidado
	2025	2024
Partes relacionadas (Nota 18)	2.593	2.321
Energia de curto prazo - CCEE	121	57
	2.714	2.378

(b) Vencimento de contas a receber

		Consolidado
	2025	2024
A vencer	2.714	2.321
Vencidos até 3 meses	-	57
	2.714	2.378

13 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2024				Resultado de equivalência patrimonial		Controladora Saldo	
	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. (i)	15.977	(4.726)	90,19	100,00	(2.692)	(3.647)	14.409	17.101
					(2.692)	(3.647)	14.409	17.101

(i) Vide nota 2.4 (c) para maiores informações sobre a investida.

(b) Movimentação

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	17.101	20.748
Equivalência patrimonial	(2.692)	(3.647)
Saldo no final do exercício	14.409	17.101

14 Imobilizado**Política contábil**

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL.

As controladas da Companhia reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no exercício em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Nota 17).

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A

perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia não identificaram indicativos de *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

								Consolidado	
	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Desmobilização de ativos	Veículos	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício									
Custo	163.381	23.453	736	78	2.103	2	823	190.576	193.021
Depreciação acumulada	(18.661)	(2.292)	(64)	(11)	(142)	-	-	(21.170)	(12.152)
Saldo líquido no início do exercício	<u>144.720</u>	<u>21.161</u>	<u>672</u>	<u>67</u>	<u>1.961</u>	<u>2</u>	<u>823</u>	<u>169.406</u>	<u>180.869</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	255	255	32
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.477)
Depreciação	(7.983)	(947)	(25)	(8)	(57)	-	-	(9.020)	(9.018)
Remensurações (i)	-	-	-	-	(536)	-	-	(536)	-
Transferências	-	144	-	48	-	-	(192)	-	-
Saldo no final do exercício	<u>136.737</u>	<u>20.358</u>	<u>647</u>	<u>107</u>	<u>1.368</u>	<u>2</u>	<u>886</u>	<u>160.105</u>	<u>169.406</u>
Custo	155.398	22.650	711	118	2.046	2	886	181.811	190.576
Depreciação acumulada	(18.661)	(2.292)	(64)	(11)	(678)	-	-	(21.706)	(21.170)
Saldo líquido no final do exercício	<u>136.737</u>	<u>20.358</u>	<u>647</u>	<u>107</u>	<u>1.368</u>	<u>2</u>	<u>886</u>	<u>160.105</u>	<u>169.406</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	6	3	20			

(i) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou na redução do saldo provisionado no passivo de R\$ 536 (Nota 17), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.

15 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

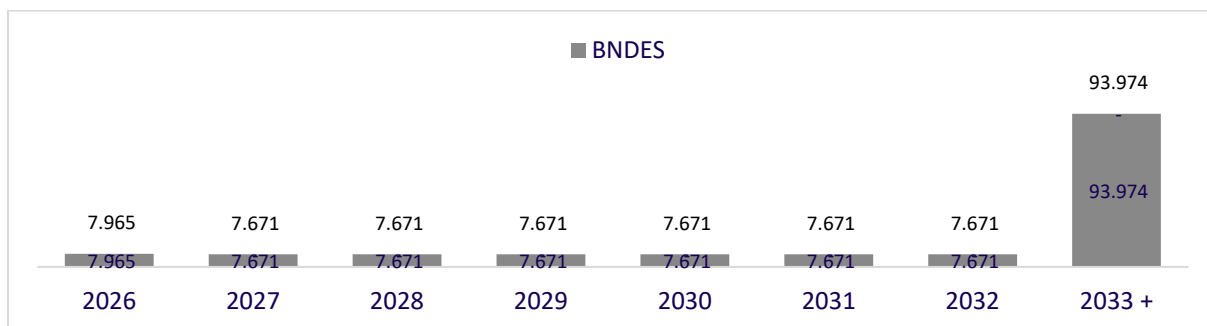
(c) Composição

										Consolidado
										2025
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BND	IPCA+4,56%	7.817	(146)	294	7.965	142.669	(2.669)	140.000	147.965	122.294
		7.817	(146)	294	7.965	142.669	(2.669)	140.000	147.965	122.294

										Consolidado
										2024
		Circulante				Não circulante				
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor Justo
BND	IPCA+4,56%	7.475	(146)	268	7.597	143.902	(2.815)	141.087	148.684	193.239
		7.475	(146)	268	7.597	143.902	(2.815)	141.087	148.684	193.239

BND – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 TLP – Taxa de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

(d) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(e) Movimentação

	Nota	2025	Consolidado 2024
Saldo no início do exercício		148.684	148.678
Provisões de juros	7	6.782	6.807
Atualização monetária	7	6.808	7.160
Apropriações dos custos de captações	7	146	146
Juros pagos		(6.770)	(6.793)
Liquidações		(7.685)	(7.314)
Saldo no final do exercício		147.965	148.684

(f) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Auren Energia S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Repassé	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e pela Ventos de Santo Estevão Holding S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(g) Condições restritivas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

16 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada da Companhia possui processos de natureza tributárias e cíveis com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 636 e R\$ 468, respectivamente (R\$ 957 apenas de natureza tributárias em 31 de dezembro de 2024).

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuem processos de natureza com prognóstico de perda provável.

17 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
			2025	2024
Saldo no início do exercício	51.210	(48.599)	2.611	2.372
Remensuração (i)	(38.588)	38.052	(536)	-
Ajuste a valor presente	-	239	239	239
Saldo no final do exercício	12.622	(10.308)	2.314	2.611

(i) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas utilizadas para a provisão de desmobilização dos ativos dos parques eólicos. A partir dessa atualização, os custos estimados deixaram de ter os fluxos inflacionados e passaram a ser reajustados mensalmente pelo IPCA. Essa mudança torna as projeções econômicas mais aderentes à realidade e reduz as incertezas associadas a estimativas de longo prazo.

O saldo do passivo passou a ser mensurado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem projeção futura de IPCA e sem inclusão de prêmio de risco. Como consequência dessa revisão, houve uma redução no Ajuste a Valor Presente (AVP) anteriormente registrado, com impacto correspondente no ativo imobilizado (nota 13).

18 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia e suas controladas não possuem despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora Auren.

	Consolidado					
	Ativo		Vendas (Nota 5)		Compras e serviços	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes - Vendas (Nota 12)						
Companhia Brasileira de Alumínio S.A.	2.123	261	94	2.029	-	-
CBA Itapissuma Ltda.	-	1768	25.378	22.315	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	471	-	2.051	2.238	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	292	(292)	292	-	-
	<u>2.594</u>	<u>2.321</u>	<u>27.231</u>	<u>26.874</u>	-	-
Fornecedores - Compras e serviços						
Votorantim S.A.	-	-	-	-	(231)	(187)
CESP Comercializadora de energia S.A.	-	-	-	-	-	(168)
	-	-	-	-	(231)	(355)
Repasso de custos partes relacionadas (i)						
CESP Companhia Energética de São Paulo S.A.	-	-	-	-	(229)	(279)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	(235)	(205)
Auren Energia S.A.	-	-	-	-	(1.354)	(1.212)
	-	-	-	-	(1.818)	(1.696)
	<u>2.594</u>	<u>2.321</u>	<u>27.231</u>	<u>26.874</u>	<u>(2.049)</u>	<u>(2.051)</u>

(i) Refere-se principalmente aos rateios com os consórcios.

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 29.350, dividido em 786.840.587 ações ordinárias (Classe A e Classe B) e preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia é composto pelos seguintes acionistas:

	Capital social integralizado	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Acionistas controladores							
Auren S.A.	14.969	7.868.406	2%	393.420.293	49%	401.288.699	51%
CBA Itapissuma Ltda.	14.382	385.551.888	49%	-	-	385.551.888	49%
	<u>29.350</u>	<u>393.420.294</u>	<u>51%</u>	<u>393.420.293</u>	<u>49%</u>	<u>786.840.587</u>	<u>100%</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e

12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL).

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a holding apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.966)	(3.151)	(2.246)	(5.437)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	668	1.071	764	1.849
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	(915)	(1.240)	-	-
Incentivo fiscal	24	24	24	24
Outras adições permanentes, líquidas	(1)	-	-	-
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(2.766)	(3.378)
IRPJ e CSLL apurados	(224)	(145)	(1.978)	(1.505)
Correntes	(224)	(145)	(1.978)	(1.505)
IRPJ e CSLL no resultado	(224)	(145)	(1.978)	(1.505)

21 Instrumentos financeiros e gestão de risco

21.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 12)		2.714	2.378	-	-
		2.714	2.378	-	-
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	1	11.294	19.200	6.226	5.682
Aplicações financeiras (Nota 9)	1	1.032	-	3	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 10)	1	4.529	4.425	-	-
		16.855	23.625	6.229	5.682
		19.569	26.003	6.229	5.682
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos (Nota 15)		147.965	148.684	-	-
Arrendamentos		-	4	-	-
Fornecedores		2.156	1.172	-	-
Partes relacionadas (Nota 18)		726	2.421	-	-
		150.847	152.281	-	-

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo considerando a seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

21.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental. (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos	14.290	29.224	29.203	178.481	251.198
Fornecedores	2.156	-	-	-	2.156
	16.446	29.224	29.203	178.481	253.354
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos	13.912	13.531	38.680	150.612	216.735
Fornecedores	1.172	-	-	-	1.172
Arrendamentos	4	-	-	-	4
Partes relacionadas	1.695	726	-	-	2.421
	16.783	14.257	38.680	150.612	220.332

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia e suas controladas realizam periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia e suas controladas.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido a limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia e suas controladas, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorre de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

21.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

		Consolidado						
		Impactos no resultado						
		Cenário I				Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e conta reserva	16.855	-72,92 bps	(123)	(628)	(1.256)	628	1.256
TJLP 9,07%	Financiamentos e debêntures (i)	150.780	11 bps	(166)	3.419	6.838	(3.419)	(6.838)

		Controladora						
		Impactos no resultado						
		Cenário I				Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicação financeira e conta reserva	6.229	-72,92 bps	(45)	(232)	(464)	232	464

(i) Valores não contemplam custos de captação.

*basis point